

Apresentação

Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces Onomastics: interdisciplinarity and interfaces

*Alexandre Melo de SOUSA**

*Ana Paula Tribesse Patrício DARGEL***

O ato de nomear é atividade essencial ao homem desde que se têm notícias de vida social, uma vez que, por meio da ação denominativa, objetos, espaços, sentimentos são categorizados, classificados e apropriados pelo nomeador. Nesse sentido, léxico, cultura, sociedade e ambiente formam um amálgama indissolúvel e revelador da visão de mundo e do conhecimento de alguém. Assim, tudo no universo tem um nome a lhe singularizar, diferenciar e definir.

Assim, o léxico, como um saber partilhado culturalmente entre os membros de uma sociedade, integra um dos níveis da língua mais suscetíveis a inovações e mudanças em decorrência de condicionantes sociais, físicos, geográficos, ambientais e, desse modo, torna-se revelador de crenças, expectativas, realidade, conhecimento de cada ser humano. Nomeia-se e se particulariza “coisas” sobre as quais se têm poder cognitivo ao se atribuir um designativo por meio de ações como identificar, categorizar, delimitar e singularizar, ou seja, aplicam-se noções para se demonstrar que algo, dentre outras existências no universo, tem características próprias e, por isso, é diferente. Para tanto, o nomeador lança mão de aspectos internos e externos da

* Doutor em Linguística pela UFC. Professor na UFAC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2510-1786>. alexlinguista@gmail.com

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Professora na UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2197-5259>. tribesse@yahoo.com.br

língua com o intuito de refletir e expressar, no que foi designado, a realidade cultural assimilada pela vivência em sociedade.

Nessa linha de raciocínio, Sapir (1969, p. 20) elucida que “a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa. A linguagem é um guia para a realidade social” e, assim, “não há duas línguas iguais que sejam bastante semelhantes para que se possa dizer que representam a mesma realidade social” (SAPIR, 1969, p. 20). A língua e cultura, estão, neste aspecto, totalmente inter-relacionadas, considerando-se o fato de que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1969, p. 27). Estudar a língua de uma sociedade é adentrar ao mundo cultural e social das pessoas que dela fazem parte desde gerações anteriores possíveis de serem resgatadas pela memória humana, histórica e linguística.

Lévi-Strauss (1975, p. 80), partindo do modelo estrutural da língua, na busca de bases para seus estudos culturais, afirma que a linguagem obedece a um processo semelhante à cultura, observando-se, de modo especial, três aspectos: *a linguagem como produto da cultura*, uma vez que ela reflete hábitos culturais; *a linguagem como elemento da cultura*, assim como instituições, crenças, costumes e ainda, como *a linguagem como condição da cultura* quando ela é utilizada como instrumento de imposição da cultura.

Situando-se de um ponto de vista mais teórico, a linguagem aparece também como condição da cultura, na medida em que esta última possui uma arquitetura similar à da linguagem, ambas se edificam por meio de oposições e correlações, isto é, por meio de relações lógicas, tanto que se pode considerar a linguagem como um alicerce destinado a receber as estruturas às vezes mais complexas, porém, do mesmo tipo que as suas, que correspondem à cultura encarada sob diferentes aspectos (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 86).

A partir desta relação de Lévi-Strauss (1975, p. 80), “uma língua usada por uma sociedade reflete a cultura geral da população”, nessa perspectiva de cultura, também ao se observarem semelhanças e diferenças nos sistemas linguísticos, depreende-se

que ela, a cultura, na acepção de Lévi-Strauss, “consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação de todos os outros”. Assim, língua e cultura fazem parte de relações interligadas, ou seja, um sistema cuja possibilidade de troca, subtração ou alteração de um elemento modifica todos os outros. Uma cultura ou língua, portanto, não podem ser fechadas e imutáveis, o contato ou inserção de um novo fator pode torná-lo suscetível ou não à adoção de mudanças, ao que o autor denomina de sociedades “frias” ou “quentes”.

Lyons (1982, p. 279), ao discutir sobre a Sapir-Whorf¹ e seus desmembramentos nos estudos relacionados à linguagem, cultura e sociedade, argumenta não haver ainda bom motivo para se descartar hipótese “a opinião mais tradicional de que falantes de línguas diferentes têm essencialmente a mesma visão de mundo, ou modelo conceitual, no que diz respeito a conceitos mais profundos e filosoficamente mais interessantes tais tempo, espaço, número, matérias etc.”. Na sequência, porém, elucida que:

falantes de línguas diferentes tenha a mesma visão de mundo com respeito a outros conceitos menos básicos, sentido que dependem, para a sua compreensão, do conhecimento transmitido socialmente, tanto conhecimento prático quanto propositivo, e variam consideravelmente de cultura para cultura (LYONS, 1982, p. 279).

Depreende-se, portanto, que, nessa linha de raciocínio, mencionar *cobra* se torna diferente para quem mora em espaço urbano ou em rural. Afinal, é bastante significativo e vital, para quem habita em ambiente rural, a noção sobre qual cobra é peçonhenta ou não, ou seja, o homem nomeia e atribui categorizações a algo conforme a própria necessidade de vida social. Inúmeros exemplos poderiam ser citados como

¹ Não há o objetivo de se elencarem prós e contras da referida hipótese e nem se lançarem discussões sobre o desmembramento dela nos estudos linguísticos. A menção se dá, exclusivamente, pela relação língua, cultura, ambiente, sociedade destacada neste texto.

forma de exemplificação, mas, a intenção é de apontar quanto as noções língua, cultura, sociedade são indissociáveis, ou seja, a palavra se constitui como “a pedra de toque da linguagem humana” (BIDERMAN, 1998, p. 81), revelando, por intermédio do uso da língua, as circunstâncias culturais, ambientais e históricas que levaram, por exemplo, uma ideologia prevalecer diante de outra. Conforme Biderman (1998, p. 81-118), a palavra é uma “entidade multifacetada” que pode ser estudada sob diferentes perspectivas, representando variadas possibilidades de dimensões (“mágico-religiosa”, “cognitiva”, “linguística”, “filosófica”). Nesse aspecto, a palavra se instaura como marca de identidade individual e de grupo. Assim, o léxico, nível conceitual, reúne as palavras acumuladas pela língua em seus mais variados contornos e usos no decorrer de todas as fases da história linguística e cultural de um povo.

Do mesmo modo, tomando a língua como elemento da cultura e entendendo que aquela tem influência sobre esta e vice-versa, Dick (2002, p. 3) registra que:

Ao se colocarem em confronto povos culturais distintos em seus hábitos, percepções e modos de expressão linguística, considera-se que as situações existenciais de cada grupo em presença poderão ser modificadas, valorizadas, aceitas ou até repudiadas.

Dessa forma, compreende-se que, por meio da linguagem, o homem se relaciona e interage em sociedade, propagando hábitos culturais, revelando a própria identidade e construindo a identidade coletiva. A linguagem, assim, é o mecanismo pelo qual a cultura sobrevive, e é, ao mesmo tempo, o alimento, o condicionante, a marca, o resultado, ou seja, um produto cultural construído por intermédio da cristalização de uma língua em uma sociedade. Nesse raciocínio, evidencia-se o fato de que se torna difícil demarcar os limites ou determinar qual prevalece em termos de influência de um elemento em relação ao outro, ou seja, “(...) língua e cultura estão, pois, intrinsecamente ligadas, mas sem apresentar relação de causa e efeito. Esta é fruto

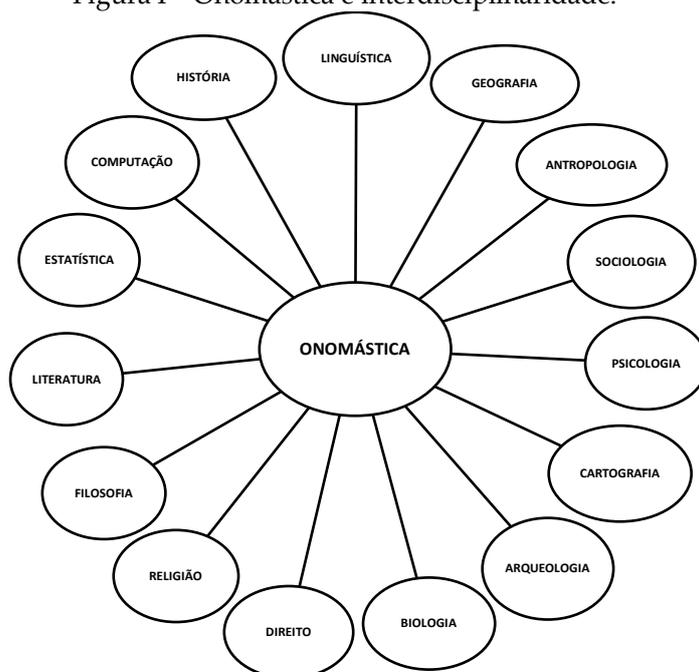
do que a sociedade faz e pensa; aquela manifesta o que se pensa” (DARGEL, 2003, p. 18).

Do ponto de vista da inter-relação língua-cultura-sociedade, destaca-se a categoria dos nomes próprios como um recorte do léxico que, apesar de ter a mesma natureza que os demais elementos do vocabulário comum, têm objetivos diferentes em identificar e particularizar o que/quem foi nomeado. Para Dick (2000, p. 249), “os traços mais marcantes no conteúdo do nome próprio: ser denotativo e referencial, contextualizado nas situações-objeto, exercer a função de identificação [...] examinando-se o nome próprio como um termo indicial multifacetado”. Nessa perspectiva, dentro dos estudos do léxico, encontra-se a Onomástica (estudo nomes próprios em geral), subdividida, principalmente, em dois ramos: Antroponomástica/Antroponímia² (nomes de pessoas) e Toponomástica/Toponímia (designativos de lugares), como um dos ramos da Linguística a refletir, além da língua, aspectos da cultura, História, Geografia, Etnografia, Antropologia, Psicologia etc. de uma comunidade social. Hough (2016, p. 10), refletindo sobre Onomástica e outras disciplinas, destaca que “a Onomástica é essencialmente interdisciplinar e há dificuldade para identificar qual a principal área do objeto em estudo”³. A interdisciplinaridade entre Onomástica e outros ramos do saber pode ser representada no organograma a seguir:

² Não há consenso sobre os termos Antroponomástica/Antroponímia/Toponomástica/Toponímia e, dependendo da linha teórica ou país seguidos pelo estudioso da Onomástica, há opção por ou outro termo. Neste trabalho, houve a escolha de não se problematizar a questão terminológica.

³ Tradução nossa: “Onomastics is essentially inter-disciplinary, and it might be difficult to identify any major subject area at which it is completely unrelated”.

Figura I – Onomástica e interdisciplinaridade.



Fonte: elaborada pelos autores com base em Dick e Andrade (2012) e Hough (2016).

Conforme ilustrado na figura 1, a Onomástica, área do saber inserida na Linguística, dependendo do viés do estudo realizado, recebe subsídios de outros ramos. Essa convergência de áreas faz com que a ciência dedicada à análise dos nomes próprios seja fundamentalmente interdisciplinar, apesar de ser, em princípio, parte da Linguística porque se parte da análise do nome, elemento da língua (ou item onomástico) para os outros condicionantes que o envolvem além dos aspectos relacionados à linguagem. Nesse mesmo raciocínio, conforme Solís Fonseca (2018, p. 11), “a onomástica se refere aos nomes, e estes não são realidades naturais, são realidades idealizadas por uma atividade mental dos homens. Os nomes se referem a realidades extralinguísticas, isto é, a seus referentes, que são entidades da natureza e da cultura”. O elemento linguístico é o nome, seja antropônimo, topônimo, orônimo, hidrônimo etc.

Em trabalho recente sobre os nomes próprios, Isquerdo (2020, p. 10) afirma que:

[...] o repertório lexical da língua, além de armazenar o léxico comum que resulta da nomeação de elementos físicos, humanos e intelectuais cotidianos de uma sociedade que, por sua vez, traduz a forma de percepção e representação da realidade, reúne os nomes próprios de pessoas e de lugares, com toda a carga cultural, ideológica, mitológica e referencial neles impregnada. Nesse contexto, não pode ser desconsiderada a função referencial, denotativa dos nomes próprios, a par do seu valor simbólico e representativo de uma realidade motivacional.

Dessa forma, pode-se depreender que os nomes próprios têm significações que refletem, entre outros aspectos, para além das características linguísticas, a história, a cultura e a religiosidade de uma dada comunidade. O nome próprio é um produto cultural que projeta a própria história de uma comunidade.

Seabra e Isquierdo (2018, p. 993) explicam que:

Os estudos onomásticos remontam ao nosso passado, às nossas origens e sempre despertam a curiosidade, não apenas dos estudiosos, mas também das pessoas em geral. Superando a mera função da nomenclatura, os nomes de pessoas e lugares são produtos de um sistema de denominação que reflete o modo de vida de uma determinada cultura e como isso representa seus valores. Embora possam nos parecer familiares, porque os conhecemos e usamos rotineiramente, quando paramos para contemplar a natureza dos nomes próprios de pessoas e lugares, quase sempre percebemos que estes resultam de significados incompreensíveis que são estranhos para nós, mesmo quando eles se referem a pessoas e lugares conhecidos⁴.

⁴ Onomastic studies harken back to our past, to our origins, and thus always awaken curiosity, not only of scholars, but also of people in general. Surpassing the mere function of nomenclature, the names of people and places are products of a system of denomination that reflect the way of life of a given culture and how this represents their values. Although they may appear to us as familiar, because we know them and routinely make use of them, when we stop to contemplate the nature of the proper names of people and places, we almost always realize that these stem from incomprehensible meanings that are strange to us, even when they refer known people and places (SEABRA; ISQUERDO, 2018, p. 993).

Essa tendência também foi verificada em pesquisas onomásticas em línguas de modalidade visual-espacial. Nos estudos de Sousa e Quadros (2019a, 2019b), por exemplo, os dados mostraram que, ao nomear espaços e pessoas, a motivação dos usuários de Libras se dá pela criação do sinal por marcas peculiares do indivíduo nomeado (características físicas ou comportamentais dos sujeitos) ou por particularidades do espaço nomeado (aspectos visuais físico-ambientais ou histórico-culturais dos lugares). Esses resultados fortalecem o que pontua Isquierdo (2020, p. 10):

[...] o estudo dos nomes próprios, para além da dimensão linguística dos signos antroponímico e toponímico, implica considerações sobre particularidades que os envolvem, como questões históricas e ideológicas, incluindo processos de renomeações (substituições, acréscimos, reduções de palavras), muito recorrentes sobretudo em nomes de lugares, além de transferências entre nomes de pessoas e de lugares, fenômeno frequente na nomeação especialmente de lugares, em que antropônimos se deslocam para o universo dos nomes de lugares adquirindo o *status* de topônimos. Trata-se, pois, de uma área de investigação com forte caráter interdisciplinar, na medida em que a Onomástica, enquanto campo autônomo e solidificado de conhecimento, dialoga com a Linguística, área mais ampla a que se vincula, com a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia...

Dick (1990, p. 35-6) já havia destacado, no caso da Toponímia, que se trata de “um imenso complexo línguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não exclusivamente”. Assim, podemos afirmar que os estudos toponímicos se constituem como resultados das relações sociais existentes entre o homem e sua comunidade e também a relação entre homem, comunidade e natureza, numa visão interdisciplinar e intercultural. Moreu-Rey (1982, p. 11 *apud* TORT, 2003), sobre isso, observa que:

A toponímia pertence às chamadas ciências humanas, campo que também abrange os diferentes ramos da história, a história da economia e as instituições, geografia humana, Sociologia e antropologia cultural, linguística e Filologia [...]. O topônimo

basicamente utiliza os serviços de outras três ciências: a história, a linguística e a geografia, mas deve recorrer à ajuda complementar de epigrafia, arqueologia, da arquivologia e paleografia, bem como etnografia e folclore, psicologia social, topografia ou botânica. Por outro lado, a toponímia ajuda e poderá ajudar cada dia mais essas Ciências. Atualmente já é considerado como uma das várias ferramentas de pesquisa em ciências sociais⁵.

E é justamente nas múltiplas relações entre as diversas áreas de estudo que se destaca o caráter interdisciplinar da Onomástica, que reflete, no signo, as marcas inerentes ao pensamento, aos costumes, aos valores dos povos, do homem. Em relação à Toponímia, Isquierdo e Dargel (2014, p. 75) caracterizam as nuances do signo toponímico:

O topônimo é revestido de um caráter motivador em seu ato de criação, mesmo que venha a se tornar um dia, como todo signo linguístico, arbitrário. Entretanto, por intermédio do estudo toponímico, tenta-se evitar que tal opacidade venha a ocorrer com os topônimos e, assim, recuperam-se nuances, sutilezas, circunstâncias, motivações, estados psíquicos, dentre tantas outras possíveis causas designativas, que possam ter influenciado, espontaneamente ou não, o designador ao nomear um elemento geográfico com um nome e não outro.

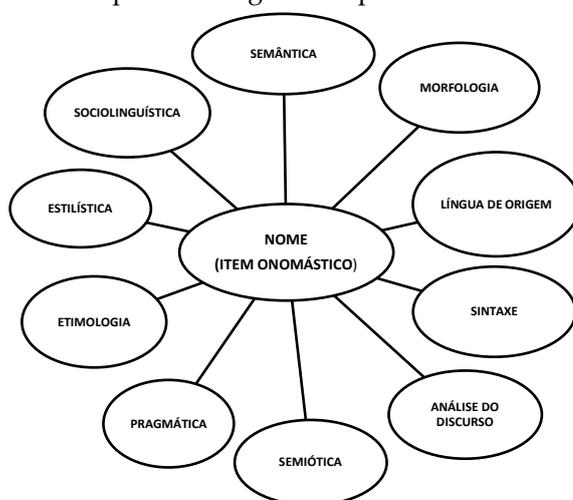
São esses aspectos inerentes aos signos onomásticos, de um modo geral, que têm aguçado as pesquisas nos âmbitos da Antroponímia e da Toponímia. Revelar as relações entre língua, cultura e sociedade, descrever os aspectos formativos dos signos

⁵ La toponimia pertenece a las denominadas ciencias humanas, campo que abraza también las diferentes ramas de la historia, la historia de la economía y de las instituciones, la sociología y la antropología cultural, la geografía humana, la lingüística y la filología [...]. La toponimia utiliza básicamente los servicios de otras tres ciencias: la historia, la lingüística y la geografía, pero debe recurrir también al auxilio suplementario de la epigrafía, la arqueología, la archivística y la paleografía, así como la etnografía y el folclore, la psicología social, la topografía o la botánica. Inversamente, la toponimia ayuda y podrá ayudar cada día más a estas ciencias. E en estos momentos ya es considerada como uno de los múltiples instrumentos de investigación em ciencias humanas [...] (MOREU-REY, 1982, p.11 *apud* TORT, 2003).

antropônimos e dos topônimos, seja em línguas orais, seja em línguas de sinais, estabelecendo a intersecção entre diferentes campos do saber e, antes de tudo, refletindo a relação homem x língua.

No âmbito linguístico, conforme já descrito, a Onomástica é a disciplina que estuda principalmente os nomes próprios de pessoas (Antroponímia) e de lugares (Toponímia). Os nomes próprios podem ser estudados sobre diferentes pontos de vista da Linguística, uma vez que posso fazer uma análise sociolinguística dos itens onomásticos, verificar qual é a etimologia deles, cotejar os mecanismos semânticos de um determinado *corpus* de nomes, observar a estrutura e formações morfológicas etc.

Figura 2 – Perspectivas linguísticas para análise do nome próprio.



Fonte: elaborada pelos autores.

Nesse sentido, dificilmente um estudo sobre os nomes próprios consegue abarcar todos os itens arrolados na figura 2 (a não ser que seja uma coletânea de pesquisas). O pesquisador, ao escolher o objeto de pesquisa, seleciona também, dentre as variadas possibilidades, uma ou mais disponíveis na língua como campo de estudo. Ainda é bastante tradicional pesquisas de cunho prioritariamente etimológico na Europa. No Brasil, linhas e focos teórico-metodológicos distintos têm orientado as

pesquisas em Onomástica. Pode-se citar como exemplo o processo identitário na nomeação pelos povos indígenas.

Na figura 2, estão arrolados os meandros linguísticos possíveis para um estudo em Onomástica de acordo com a linha teórica do estudioso. Ainda há muitas possibilidades de pesquisas a serem realizadas no Brasil. Verifica-se que a pesquisa parte do elemento lexical, o nome próprio, para as variadas possibilidades de análises e estudo. Além de se trabalharem com condicionantes intralinguísticos, também se consideram os aspectos extralinguísticos. Neste número especial da Revista GTLex, são enfatizadas análises das unidades onomásticas nas áreas que se inter-relacionam com o nível lexical, tendo em vista que este é um trabalho resultante do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

Há que se ressaltar que, no âmbito do GTLEX, a pioneira nos estudos onomásticos foi a professora da Universidade de São Paulo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Os trabalhos de Dick vêm inspirando trabalhos diferentes no interior do Brasil, tanto no campo da Antroponomástica quanto na Toponomástica. Só a título de exemplo, citam-se os pesquisadores (em ordem alfabética): Alexandre Melo de Sousa, Ana Claudia Castiglioni, Ana Paula Tribesse Patrício Dargel, Aparecida Negri Isquierdo, Celina Márcia de Souza Abbade, Eduardo Tadeu Roque Amaral, Karylleila dos Santos Andrade, Liliane Lemos Santana Barreiros, Márcia Sipavicius Seide, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, Renato Rodrigues Pereira, atualmente membros do GT e com trabalhos na área. Esses pesquisadores têm orientado pesquisas na área em diferentes estados brasileiros dentro dos Programas de Pós- Graduação em que atuam.

Expostas as considerações gerais sobre os estudos onomásticos, sua relação com a cultura, abrangência e intersecção com as demais ciências, passamos a apresentar os

artigos e resenha que compõem o presente dossiê temático da revista GTLex, intitulado: *Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces*.

No primeiro artigo, *Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP): experiências pedagógicas com professores do ensino fundamental*, Rodrigo Vieira do Nascimento e Karylleila Santos Andrade, considerando a base interdisciplinar dos estudos toponímicos, apresentam um *software* didático, cujo objetivo é valorizar os conhecimentos sobre os nomes de lugares em Tocantins em escolas de Educação Básica, e buscam compreender e sugerir a proposta a partir dos professores de Geografia do Ensino Fundamental.

No segundo artigo, *Os hagiotopônimos de Xapuri*, Sandra Mara Souza de Oliveira Silva analisa os topônimos de Xapuri que fazem referência ao sagrado, especialmente aos santos e santas da igreja católica, quanto à etimologia, à estrutura morfológica e à motivação semântica. Os dados da pesquisa foram extraídos de mapas digitais do município de Xapuri, de escala 1:100,000 e 1:250,000 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE/AC; de planilhas de projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; e da Secretaria de Meio Ambiente do Acre – Sema.

O terceiro artigo, *Toponímia rural de acidentes humanos do Mato Grosso do Sul: motivações toponímicas e estruturas sintagmáticas*, de Letícia Reis de Oliveira e Aparecida Negri Isquerdo, examina topônimos compostos que nomeiam fazendas localizadas na mesorregião Centro-Norte do estado do Mato Grosso de Sul, que abrange as microrregiões do Alto Taquari e de Campo Grande, com 16 municípios. Os dados foram extraídos do Sistema de Dados do *Projeto ATEMS* e dos mapas oficiais do IBGE escala 1:100.000 (2010) totalizando 1.113 designativos.

O artigo de Josy Maria Alves de Souza e Natália Cristine Prado, *Formação e estilização ortográfica de nomes artísticos de drag queens: questões de identidade linguística e de expressão de gênero*, por sua vez, investiga os processos de formação de nomes

artísticos de *drag queens* do estado de Rondônia, verificando se há relação com os prenomes desses sujeitos e se ocorre estilização ortográfica no processo de adoção dos nomes artísticos. Foram analisados cinco nomes artísticos de artistas *drag queens* do estado de Rondônia que se dispuseram a responder a um questionário online disponibilizado na plataforma *Google.docs*.

Em *São todos nomes de demônios! Fenômenos do signo toponímico nos nomes das ruas do Jardim Sucupira e seus efeitos*, Natália Oliveira Nascimento e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz apresentam os fenômenos ocorridos nos signos toponímicos das ruas do Loteamento Jardim Sucupira, em Feira de Santana-BA, e seus efeitos, como opacidade e fossilização. Os dados analisados, quinze nomes de rua com étimo dividido entre as línguas *banto*, *ioruba* e *fon*, foram coletados no *Google Maps* e no catálogo da Telecomunicações da Bahia S.A –Telebahia.

O sexto artigo, *Onomástica Ficcional: status quo no Brasil*, de Amanda Kristensen de Camargo, descreve o estado atual das pesquisas em Onomástica Ficcional no Brasil e apresenta *corpus* ainda inexplorados nos estudos contemporâneos da Onomástica Literária.

No sétimo artigo, *Desigualdade de gênero na toponímia: um estudo exploratório*, Marcia Sipavicius Seide e Bianca Nagai da Silva mostram que a diferença de gêneros tem seu reflexo, também, nos nomes de lugares. Para tanto, as pesquisadoras analisaram quadro antropotopônimos femininos extraídos de uma amostra que continha 61 topônimos constituídos por nome próprio de pessoa seguido ou não de um título. O estudo, a partir de busca documental e entrevistas, recuperou a história das mulheres homenageadas. As autoras apresentaram, ainda, um estudo comparativo com pesquisas desenvolvidas no estado do Paraná e no estado da Bahia.

Patrícia Frai, no artigo *Nome e cultura: o estudo sócio-onomástico na escolha do segundo nome na antroponímia rondonense*, investiga os modelos atributivos preponderantes para a escolha do segundo prenome, na cidade de Marechal Cândido

Rondon, Paraná, considerando as possíveis influências socioculturais presentes na prática de nomeação. Os dados analisados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas que tinham nomes justapostos ou pais que atribuíram tais nomes aos filhos. Foram selecionados 250 nomes distribuídos em um recorte temporal da década de 1930/1940 até 2014.

No nono artigo, *O aumento da inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna como um indicador de mudanças no imaginário social brasileiro*, Paola Santos Lima Soares verifica se a opção pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna reflete aspectos sociais e políticos do Brasil e, ainda, se há variação conforme as mudanças no imaginário social. A análise foi realizada tomando como base o banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, a partir do qual foi possível obter informações sobre o nome civil, o nome de urna e a ocupação profissional dos candidatos. A pesquisadora analisou os dados de 3039 candidatos, distribuídos ao longo de seis legislaturas.

Por fim, o dossiê apresenta a Resenha, produzida por de Bruno Oliveira Maroneze, do *Dictionnaire Étymologique Roman* (DÉRom), organizado por Éva Buchi e Wolfgang Schweickard, e que constitui a segunda publicação do projeto DÉRom. Segundo Maroneze, a obra é considerada “um dos avanços mais importantes na Linguística Românica das últimas décadas”.

Referências bibliográficas

ANDRADE, K. dos S.; DICK, M. V. de P. do A. A interdisciplinaridade no contexto da Toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. v. VI. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. p. 193-207.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. In: **Filologia e Lingüística Portuguesa**. São Paulo: USP, n. 2, p. 81-118. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118>

DARGEL, A. P. T. P. **Entre Buritis e Veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense**. 2003. 264 f. (Dissertação de Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2003.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Aspectos de etnolingüística – a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2002. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p180-191>

DICK, M. V. de P. do A. O nome próprio: significado e referência. *In: Estudos Lingüísticos XXIX*. Assis: UNESP, p. 246-250, 2000.

HOUGH, C. **The Oxford handbook of names and naming**. Great Kingdom: Oxford, 2016. DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.001.0001>

ISQUERDO, A. N. Prefácio. *In: AMARAL, E. T. R.; SAIDE, M. S. Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P.. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. *In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VII. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 63-80.

LÉVI-STRAUSS, C. Lingüística e Antropologia. *In: LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural*. Trad.: Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LYONS, J. **Linguística** – uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAPIR, E. Língua e ambiente. *In: A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

SEABRA, M. C. T. C.; ISQUERDO, A. N. Onomastics in Different Perspectives: Research Results. *In: Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte. v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SOLÍS FONSECA, G. Prefácio. *In: AGUIAR, M. S. de.; CASTRO, M. C. D. de.; DIAS, A. L. C. (org.). Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018.

SOUSA, Al. M. de; QUADROS, R. M. de. Toponímia em Libras: aspectos formais e motivacionais dos sinais toponímicos dos municípios acreanos. *In: CAVALHEIRO, J.; LUDWIG, C. R.; LANES, E. (org.). Linguagem, ensino e formação docente*. Manaus: Editora UEA, 2019a.

SOUSA, A. M. de; QUADROS, R. M. de. Proposta de ficha lexicográfico-toponímica digital para o estudo da toponímia em línguas de sinais. *In: Revista Guavira*. Três Lagoas/MS. v. 15. n. 30, p. 126-140, 2019b.

TORT, J. Toponímia y marginalidad geográfica. Los nombres de lugar como reflejo de una interpretación Del espacio. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VII, núm. 138, 2003.